
EDITORIAL CURRÍCULO: Problematização entre práticas e políticas

Carlos Eduardo Ferrazzo
Janete Magalhães Carvalho^(*)

Este número da *Revista Teias* enfoca a relação entre práticas e políticas, considerando que deve haver, nas pesquisas com os currículos, a compreensão de que as políticas são práticas, ou seja, são ações de grupos políticos sobre questões específicas com a finalidade explicitada de mudar algo existente em algum campo de expressão humana. Ou seja, as políticas são, necessariamente, práticas pessoais e coletivas dentro de um campo qualquer no qual há, sempre, lutas de posições diferentes e mesmo contrárias. Dessa maneira, as pessoas e os grupos, em suas ações, produzem políticas que, muitas vezes, não são visíveis aos que analisam “as políticas”, porque foram formados para enxergar, exclusivamente, a perspectiva que é dominante e/ou que atende aos interesses dos dominadores como “dispositivos” que dirigem como imagem especular o ver, o falar e o julgar.

Desse modo, a temática deste Dossiê carrega o conceito de *praticaspolíticas*, visto que as práticas são políticas negociadas nas complexas redes cotidianas de saberes, fazeres e poderes das escolas e dos sistemas educacionais, constituindo-se como políticas de currículo.

Tal conceito envolve uma noção de política mais complexa do que aquela sistematizada pelos documentos governamentais. De fato, se é urgente perceber que as práticas são, também, teorias, é também urgente considerar que elas são, sobretudo, políticas, pois, as construções de nossas compreensões do que seja a realidade ocorrem numa dimensão política, isso porque o político não é uma dimensão em separado, mas atravessa constantemente todas as demais dimensões constitutivas da pessoa e do coletivo. Como afirma Veiga-Neto (1966), “[...] até o acesso que temos a nós mesmos está determinado pelo político. Eu não posso ser um sujeito social sem ser um sujeito político; eu não posso ser um sujeito ético sem ser um sujeito político [...]” (p. 170).

^(*) **Carlos Eduardo Ferrazzo**. Professor associado III do DETEPES e do PPGE/CE/UFES, atuando na linha de pesquisa “Cultura, currículo e formação de educadores”, coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Currículos, Culturas e Cotidianos da UFES (www.nupec3ufes.googlegroups.com). Bolsista Produtividade do CNPq – Nível 2.

Janete Magalhães Carvalho. Professora associada III do DEPS e do PPGE/CE/UFES, atuando na linha de pesquisa “Cultura, currículo e formação de educadores”, coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Currículos, Culturas e Cotidianos da UFES (www.nupec3ufes.googlegroups.com). Bolsista Produtividade do CNPq – Nível 2.

Assim, ao falarmos, neste Dossiê cujo enfoque é a relação entre prática e política no currículo, estamos questionando algumas das dicotomias herdadas pela educação do discurso hegemônico da ciência moderna, como cultura/sociedade, teoria/prática, sujeito/objeto, entre outras, mas, sobretudo, afirmando a compreensão de que somos sempre sujeitos políticos e que as políticas são práticas. “Ou seja, vemos as políticas, necessariamente, como práticas coletivas dentro de um campo qualquer no qual há, sempre, lutas de posições diferentes e, mesmo, contrárias. Desta maneira, não vemos como ‘políticas’ somente as ações que são mais visíveis”. (ALVES, 2010, p. 49).

Articulam-se, para falar dessa relação, neste Dossiê, seis artigos – um deles de autor estrangeiro – e uma entrevista, procurando oferecer ao leitor um rico leque de problematizações em torno da temática.

Ana Maria Saul, com o artigo “O pensamento de Paulo Freire em sistemas públicos de ensino: pesquisando políticas de currículo em um mesmo território, sob diferentes olhares”, apresenta a pesquisa que se desenvolve na “Cátedra Paulo Freire da PUC-SP: o pensamento de Paulo Freire nos sistemas públicos de ensino, no Brasil, a partir dos anos 1990”, com destaque para a investigação de políticas de currículo, objetivando demonstrar o valor e a possibilidade de pesquisar um conjunto de temas, em um mesmo município, com vistas a investigar a influência e recriação do legado freireano.

Nesse sentido, destaca a perspectiva libertadora da obra de Paulo Freire em que estão implicados os conceitos de politicidade da educação, democracia, justiça social, prática social, poder, liberdade, utopia e ética. Ressalta que, embora, por vezes, o pensamento de Freire seja compreendido como uma postulação educacional distante da realidade concreta da escola, a análise acurada de sua obra e das produções presentes na literatura educacional, acrescida das experiências inspiradas na matriz de pensamento desse autor, permite afirmar que a pedagogia freireana tem contribuições relevantes para as políticas e as práticas curriculares.

Antônio Flavio Barbosa Moreira, no artigo “Em busca da autonomia docente nas práticas curriculares”, focaliza a complexa relação entre políticas e práticas curriculares, iniciando um percurso que lhe permita cumprir tal propósito. Aborda a última etapa da educação básica no Brasil – o ensino médio, via Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e o Projeto de Resolução proposto para regulá-las. Nesses documentos, destaca a ênfase dada às expectativas de aprendizagem, a serem definidas pelo Ministério da Educação (MEC), associando a proposição das expectativas, também sugeridas no Projeto de Resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (DCNEF), ao que Stephen Ball tem denominado de cultura da

performatividade. Ao clima resultante da difusão dessa cultura no cenário educacional, contrapõe o fortalecimento do profissionalismo docente. Apoiando-se nessa perspectiva, examina a relação entre políticas e práticas curriculares, argumentando que o fortalecimento do profissionalismo pode favorecer uma prática competente centrada em conhecimentos especializados e estimular a colaboração entre os professores e os demais sujeitos interessados no processo educativo. Para tanto, é indispensável o resgate da confiança no professor, visto que essa confiança pode estimular uma relação autônoma, crítica e criativa dos docentes com as políticas curriculares.

O terceiro artigo, de autoria de Nilda Alves, Aristóteles Berino e Conceição Soares, “Como e até onde é possível pensar diferente?: micropolíticas de currículos, poéticas, cotidianos e escolas”, argumenta contra a suposição de que as políticas curriculares são, antes de tudo, as políticas do Estado, ignorando que “políticas” são também práticas comuns e que é na variedade de ações cotidianas, escolhidas entre as capacidades e as possibilidades dispostas, que o poder se dispõe em redes microbianas e nas quais é também contestado. Afirmam, assim, que pensar as políticas de currículos exige sua pluralização e a compreensão dos múltiplos *espaçostempos* nos quais eles “se realizam”. Desse modo, o artigo objetiva problematizar como os currículos acontecem, considerando como produtores curriculares todos os que o praticam, para além da análise de imagem fixada da “grande política”, a política dita “oficial”. Considerando que os currículos fazem parte da “arte de governar”, os autores observam que se trata de um campo para formulações e práticas educativas que podem articular interesses de variados grupos na sociedade, tornando importante verificar como as pessoas recepcionam o que é dirigido às escolas, como partilham diretrizes, normas ou valores, desenhando, com suas expectativas e reações, o currículo “escrito”, fazendo-o “realizado”.

O quarto artigo, de Roberto Macedo, intitulado “Ato de currículo e formação: o príncipe provocado”, é um texto que procura, numa dialética e numa dialógica sem qualquer síntese conclusiva, efetivar uma relação generativa entre currículo e formação. Entende como centralidade dos seus argumentos que a relação entre currículo e formação, um dos compromissos fundantes da educação, produz um tipo de problemática com significativas e singulares potencialidades compreensivas e propositivas.

Fechando a rubrica “Em Pauta”, nosso dossiê traz o texto “O Currículo como comunidade de afetos/afecções”, de Janete Magalhães Carvalho, que aborda a temática do currículo como comunidade de afetos e afecções e a constituição de redes de conversações e ações que criam novas formas de comunidade e que, nesse sentido, podem potencializar o cotidiano escolar. Assume a ideia de “potência de ação coletiva” e toma como hipótese principal que essa “potência” depende

fundamentalmente da capacidade de indivíduos e grupos colocarem-se em relação para produzirem e trocarem conhecimentos, resultando, então, no agenciamento de formas-forças comunitárias, com vistas a melhorar os processos de aprendizagem e criação nas coletividades locais, bem como no interior de redes cooperativas de todo ti.

As notas escritas por Jorge Larrosa por ocasião de uma palestra organizada pelo Núcleo de Estudos Filosóficos da Infância, Programa de Pós-graduação em Educação (PROPEd), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2 de fevereiro de 2012, e as respostas a quatro perguntas formuladas posteriormente por Danilo Augusto Melo, Ingrid Müller Xavier, Maja Vargas e Walter Omar Kohan estão em nossa rubrica ELOS, sendo a sexta contribuição a este dossiê. Com o título “Palavras desde o limbo: notas para outra pesquisa na educação ou, talvez, para outra coisa que não a pesquisa na educação”, o artigo pontua que o dispositivo “pesquisa educativa” se perpetua transformando-se e se multiplicando por meio de conhecidas fórmulas: pesquisa na prática ou para a prática, pesquisa crítica, pesquisa participativa, pesquisa formativa, pesquisa qualitativa, pesquisa reflexiva, pesquisa não sobre jovens, mas com jovens, etc., num complexo jogo enunciativo. Objetiva, portanto, o artigo problematizar o dispositivo pesquisa e examinar se o que fazemos, amparados na palavra experiência, é ainda pesquisa, outra forma de fazer pesquisa educativa, ou se é, talvez, outra coisa que pesquisa. Isso no contexto de uma sociedade em que o conhecimento se mercantilizou quase completamente, assumindo valor mercantil e, por suposto, o conhecimento produzido foi colocado a serviço de políticas educativas estatais e paraestatais cada vez mais globalizadas e menos relativas à experiência. Problematiza, assim, os enunciados das linguagens dominantes na pesquisa educativa, uma vez que são linguagens desgarradas da vida e, portanto, distantes das “linguagens da experiência”, tal como o autor a toma.

A entrevista com Jurjo Torres Santomé, realizada por Sandra Kretli da Silva e Tânia Delboni, enfoca o currículo integrado como campo possível de mundos plurais e emancipatórios. Discute, assim, a importância das instituições escolares desempenharem um papel mais ativo como espaço de resistência e de denúncia, indicando a necessidade de professores terem um “forte compromisso social e político”, articulando um “currículo integrado”, pois o conhecimento “[...] que está sendo construído na atualidade demanda um sistema escolar capaz de educar uma cidadania para aprender a se mover na complexidade, para ensinar a conviver na incerteza”.

Por último, a resenha desenvolvida por Daniele Piontkovsky e Maria Regina Lopes Gomes, do livro *Políticas de Currículo*, publicado pela Editora Cortez, estimula-nos a ler os seus onze capítulos, organizados em torno de dois eixos, que se inter-relacionam: o temático e os autores. Essa organização dos capítulos também se refere ao caráter autobiográfico do texto, já que expressa

a trajetória das autoras no campo. Para elas, uma difícil decisão para organizar o livro foi a de eger os temas centrais de um campo híbrido, mas consideram ser esse um importante trabalho para os debates que constituem um campo que chamamos Currículo. Por serem professoras da disciplina Currículo em cursos de graduação, pedagogia e licenciaturas, e na pós-graduação, sentem a ausência de textos que deem conta dos debates acerca da história intelectual do campo para que seja possível uma comunicação na área da Educação no que se refere ao Currículo, sem, entretanto, pretenderem fixar sentidos.

Assim, os artigos, a entrevista e a resenha que compõem este número da *Revista TEIAS* oferecem ao leitor a temática da relação entre práticas e políticas, a partir de renomados autores do campo do Currículo, em diferentes enfoques e aportes teórico-epistemológicos. Busca, desse modo, colorir o campo com a elevação do quociente de problematizações possíveis, porém sempre derivadas da convicção de que toda prática é política e vice-versa.

Convidamos a todos para, pela leitura, investirem nos *espaçostempos* pelos quais passeiam os textos em suas zonas feitas de margens que se tocam e, não, de fronteiras. Boa leitura!